



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

# Conjuntura Internacional

ano 5 • nº 18 • 08 a 14/06/08 • ISSN1809-6182

## Resenhas

### **27/05/2008 - Mudanças prováveis com o novo comando das FARC ..... p.01**

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia confirmaram no dia 25 de maio de 2008 a morte de seu principal líder. Esse evento modifica a estrutura da guerrilha, o que pode levar a uma mudança de postura em relação aos seus antigos ideais marxistas

### **02/06/2008 - Vitória brasileira na OMC.....p.05**

A Organização Mundial do Comércio concedeu ao Brasil direito de retaliação aos EUA devido ao subsídio fornecido aos produtores de algodão. Espera-se que dessa vez o Brasil utilize tais sanções, devendo, no entanto, serem considerados os impactos que elas poderiam gerar.

### **07/06/2008 - Nova presidência no Conselho da União Européia ..... p.08**

A partir do segundo semestre de 2008, a França assumirá a presidência do Conselho da União Européia. Diante disto, já estão sendo feitas propostas com o intuito de melhorar ou mesmo reafirmar o que já foi sugerido para o desenvolvimento da Comunidade Européia.

### **17/06/2008 - Irlanda vota contra o Tratado de Lisboa..... p.12**

No dia 12 de junho de 2008, a Irlanda realizou um referendo nacional para decidir se o país ratificaria o Tratado de Lisboa. Este, por sua vez, emenda os demais Tratados da União Européia de forma a substituir a Constituição européia, rejeitada em 2005 pela população da França e dos Países Baixos.

---

# Mudanças prováveis com o novo comando das FARC

---

Resenha  
Segurança  
Eduardo Côrtes  
27 de maio de 2008

---

**As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia confirmaram no dia 25 de maio de 2008 a morte de seu principal líder. Esse evento modifica a estrutura da guerrilha, o que pode levar a uma mudança de postura em relação aos seus antigos ideais marxistas.**

---

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) confirmaram, no dia 25 de maio de 2008, a morte de um dos líderes do movimento armado. Pedro Antonio Marin, conhecido como *Tirofijo*<sup>1</sup> – um dos membros fundadores do movimento – dirigente das FARC desde 1966.

A morte do líder havia sido anunciada, no dia 24 de maio de 2008, em uma entrevista do ministro da defesa colombiano Juan Manuel Santos. Segundo o Ministro, a morte de Tirofijo teria ocorrido em 26 de março do mesmo ano. Persiste ainda dúvida sobre qual teria sido a causa da morte do líder das FARC. De um lado a guerrilha afirma que uma parada cardíaca vitimou o líder de cerca de 80 anos, por outro, o governo colombiano aponta que bombardeios seriam a causa da morte.

As FARC surgiram no contexto colombiano do século XX, influenciadas pelas reivindicações camponesas por melhores condições de trabalho. A guerra civil, conhecida como *Violencia*, iniciada em 1948 na cidade de Bogotá, pode ser vista como um fator importante para o futuro dos movimentos camponeses. O conflito foi desencadeado pelo assassinato de um candidato à presidência da

república e perdurou por dez anos, vitimando entre 180 e 300 mil colombianos.

No entanto, assim como outros movimentos guerrilheiros, surge no pós-*Violencia* em oposição ao acordo de alternância no poder dos dois principais partidos (Partido Liberal e Partido Conservador) da época para a formação de uma “Frente Nacional”. Esse acordo visava pacificar o país e excluir a influência de outros partidos e reprimir reivindicações dos camponeses.

Sendo assim, as FARC e o Exército de Libertação Nacional<sup>2</sup> (ELN) surgem a partir de grupos de auto-defesa camponesa que se transformam em grupos de contestação política com orientação marxista-leninista. Isso fez com que tais grupos, durante a Guerra Fria, recebessem apoio e reconhecimento do bloco comunista.

Porém, com o fim da Guerra Fria tal reconhecimento começa a deteriorar-se na sociedade internacional. De um lado, as FARC são classificadas como grupo terrorista pelo governo colombiano, Estados Unidos da América, União

---

<sup>1</sup> Algo que pode ser traduzido como “tiro na mosca”.

---

<sup>2</sup> O Exército de Libertação Nacional também é um grupo revolucionário de orientação marxista surgido em 1964, atualmente conta com um efetivo bem menor que os da FARC.

Européia e Canadá. Por outro lado, entre os principais aliados do movimento estão os governos de Cuba e Venezuela que insistem que o grupo seja tratado como “grupo beligerante”, e que assim iriam se submeter às Convenções de Genebra<sup>3</sup> dando fim às ações contra população civil.

Na arena doméstica, estima-se que os grupos guerrilheiros cheguem a controlar 40% desse total, acredita-se que as FARC detêm 15-20% - do território colombiano, em que desempenham governo *de facto*<sup>4</sup>, lugares onde substituem a ação do governo da República da Colômbia (que ainda possui o governo *de jure*<sup>5</sup>) - até mesmo no monopólio da força - cobrando “impostos” sobre algumas atividades econômicas.

O processo de ocupação do território pela guerrilhas se iniciou ainda quando essas eram grupos de auto-proteção camponesa, que ocuparam florestas (algo tradicional nas guerrilhas, já que tais ambientes favorecem sua estratégia de combate), já que haviam sido expulsos de suas terras.

Esses territórios em que o estado colombiano é ausente permitem que atividades ilegais aconteçam e ultrapassem os limites do próprio estado<sup>6</sup>. Com o fim da Guerra Fria as FARC perderam parte do apoio que recebiam externamente, necessitando outras fontes de financiamento, pode-se destacar o

seqüestro que ultrapassa fins políticos, além do envolvimento com o tráfico de drogas.

Inicialmente, os ganhos da guerrilha com tráfico aconteciam por oferecerem proteção aos cartéis de droga e aos carregamentos, principalmente de cocaína<sup>7</sup>. Porém, desde a década de 1990, segundo autoridades colombianas e estadunidenses, a guerrilha aumentou seu envolvimento com a atividade estendendo sua participação a plantação, ao refino e a exportação da droga.

Tal envolvimento com o tráfico de entorpecentes havia levado a uma aliança entre os EUA e Colômbia, no Plano Colômbia. O plano concebido em 1998-1999 pelo presidente colombiano Andrés Pastrana Arango, visa combater o plantio e produção da cocaína no território colombiano, e entra em concordância com o *War on Drugs*<sup>8</sup> estadunidense que financia grande parte das ações de combate às drogas na América do Sul, especialmente na Colômbia.

A administração Bush expandiu o apoio ao combate contra as drogas na Colômbia como parte da Guerra contra o Terror, as guerrilhas passaram a ser taxadas de narco-terroristas. Em 2001, diminuíram as limitações de ação de seus agentes civis no território colombiano, assim como aumentou a ajuda financeira de US\$ 380 milhões em 2001, para US\$ 463 milhões em 2004. Essa política ficou famosa pelo uso de aviões que despejam produtos químicos nas plantações de coca.

Outra ação da guerrilha que tem

<sup>3</sup> As Convenções de Genebra são tratados que estabelecem normas relacionadas ao Direito Humanitário Internacional. Estabelece condutas de ação para combatentes e não-combatentes.

<sup>4</sup> Governo *de facto* ocorre quando uma parte toma, geralmente pela força, controle de todas as atribuições soberanas que foram delegadas a outro.

<sup>5</sup> Governo *de jure* ocorre quando uma parte recebe um mandato por vias legais, no caso colombiano as eleições, para exercer as atribuições soberanas daquele país.

<sup>6</sup> Um exemplo disso foi o fato do traficante brasileiro Luiz Fernando da Costa (Fernandinho Beira-Mar) foi preso quando estava com integrantes das FARC.

<sup>7</sup> A Colômbia é a maior produtora de cocaína do mundo, 75% da produção mundial acontecem no país.

<sup>8</sup> Iniciada por Nixon em 1971, que ratificou Controlled Substances Act (Lei de Substancias Controladas) de 1970. Também criou o Drug Enforcement Administration (Força Administrativa de Narcóticos). Tal iniciativa fez com que os lucros com o tráfico aumentassem em mais de 1000%, pois diminuiu a oferta do produto, e a demanda continuou constante..

mobilizado a atenção da sociedade internacional são os seqüestros, entre eles destaca-se o caso de Ingrid Betancourt, política franco-colombiana que foi candidata à presidência colombiana em 2001. Seqüestrada desde 2002, as negociações têm se mostrado ineficientes apesar da pressão do governo francês para uma resolução.

Outro fato importante na região tendo as FARC como estopim foi a invasão do exército colombiano no território equatoriano em uma missão militar contra as FARC. Nesse ataque, 17 guerrilheiros morreram, entre eles a Raul Reyes – segundo homem mais importante no movimento e fonte de contato entre as FARC e o governo francês.

Tal ataque, ocorrido em 1º de março de 2008, gerou uma profunda crise na região. O presidente equatoriano não compartilhou da opinião colombiana que o combate ao terrorismo não deve ser limitado por fronteiras, e destacou que o ataque foi uma agressão à soberania do Equador. Hugo Chavez, presidente venezuelano, mostrou apoio a Correa, fechando a embaixada venezuelana em Bogotá (capital da Colômbia) e deslocando tropas para a fronteira entre os dois países.

A crise agravou-se quando informações encontradas no computador dos guerrilheiros relatavam, segundo relatório da Interpol, uma ligação entre o governo de Correa e as FARC.

As partes reuniram-se na Organização dos Estados Americanos (OEA) para elaborar um documento que marcasse o final da crise, houve discussão se a ação teria ou não constituído uma violação de soberania. Ao final resolveu-se que havia sido uma violação da soberania equatoriana, embora a Colômbia não tenha sido condenada pelo fato [ver também: [Crise Sul Americana: Equador, Colômbia e Venezuela](#)].

As FARC constituem um desafio regional, que se torna mais complexo dado à

discordância existente sobre como tal movimento deva ser tratado pelos países do continente. As FARC são um assunto de grande importância para qualquer discussão ou ação que vise coordenar de forma conjunta a segurança dos países da América do Sul, como na proposta do Conselho de Segurança Sul-Americano [ver também: [Conselho Sul Americano de Defesa](#)].

Após a morte de Tirofijo, a liderança das FARC passou para Alfonso Cano. O novo líder das FARC era o líder ideológico das FARC e fundador-presidente do Partido Comunista Colombiano Clandestino<sup>9</sup>, o fato de Cano ser ligado a um partido, mesmo que ilegal, faz com que ele seja visto como um líder mais flexível e disposto a negociar.

Por outro lado, espera-se que haja um rompimento nas FARC. Neste desenlace é que vários políticos colombianos apostam “O passo seguinte ao seu desaparecimento[se referindo a Tirofijo].”, na previsão de Carlos Gaviria, líder do opositor Pólo Democrático Alternativo, “é a eclosão das lutas internas. Ocorre em todas as organizações, tanto regulares como irregulares.” Gaviria acredita que, com Cano, a linha política se impôs por enquanto à “linha guerreira”.

Outro fator que pode levar ao rompimento da guerrilha é o narcotráfico, pois se acredita que alguns grupos internos estejam mais envolvidos no tráfico do que com os ideais transformadores que o movimento apresentou no passado. E que o tráfico que era um meio para financiar a luta política tenha se transformado no objetivo final, e a luta política tornado-se retórica.

---

<sup>9</sup> É um partido ilegal, politicamente ligado as FARC e não possui qualquer relação com o Partido Comunista Colombiano, com o qual as FARC era ligada na década de 90.

---

## Referência

---

### Sites:

**BCC British Broadcasting Corporation**

<http://www.bbc.co.uk/>

**El País -**

<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/>

**International Crisis Group**

<http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm>

### Ver Também:

17/05/2004: [Violência na Colômbia](#)

05/06/2007: [Novos movimentos paramilitares na Colômbia](#)

18/03/2008: [Crise Sul Americana: Ecuador, Colômbia e Venezuela](#)

14/05/2008: [Conselho Sul Americano de Defesa](#)

---

# Vitória brasileira na OMC

---

Resenha  
Economia e Comércio  
Ana Caroline Medeiros Maia  
2 de junho de 2008

---

**A Organização Mundial do Comércio concedeu ao Brasil direito de retaliação aos EUA devido ao subsídio fornecido aos produtores de algodão. Espera-se que dessa vez o Brasil utilize tais sanções, devendo, no entanto, serem considerados os impactos que elas poderiam gerar.**

---

A Organização Mundial do Comércio (OMC) decidiu a favor do Brasil, mais uma vez, na disputa travada, dentro da Organização, entre Brasil e Estados Unidos (EUA), referente aos subsídios concedidos pelo governo deste último aos seus produtores de algodão.

Eventuais disputas que possam ocorrer entre os países membros da OMC são resolvidas no chamado Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), formado por todos os membros da Organização.

O OSC visa garantir a efetividade de um dos pilares centrais da OMC, que seria a liberalização do sistema multilateral de comércio. Ainda, é por meio desse órgão que as regras que gerem o comércio internacional podem ser cumpridas. Assim, quando um país acredita que outro está agindo de forma contrária a algum princípio da OMC, inicia-se uma disputa.

Na maioria dos casos, procura-se que as partes envolvidas entrem em um acordo sem a necessidade de levarem a disputa para um Tribunal ou para uma Corte. Porém, quando isso ocorre, e a disputa é resolvida dentro da OMC, denomina-se o processo de “Painel”.

Os painéis funcionam como tribunais, que são escolhidos pelas partes em disputa. Geralmente, são formados por três a cinco “especialistas de diferentes países que

examinam as evidências e decidem quem está certo e quem está errado.” Esses especialistas não possuem ligação com nenhum governo, e caso as partes em disputa não acordem sobre o Painel, ele será escolhido pelo diretor da OMC.

Assim, o OSC é quem estabelece as disputas. O Órgão é o único que possui autoridade suficiente para aceitar ou rejeitar o relatório final dos painéis. Ainda, as partes da disputa possuem direito à Apelação,<sup>1</sup> que é decidida também pelo Órgão de Solução de Controvérsia.

Uma vez decidido que uma das partes realmente esteja descumprindo com alguma regra do comércio internacional, deverá se compensar a outra do prejuízo ou então o descumpridor será penalizado. Dessa forma, a parte que entrou com o processo e saiu vitoriosa tem direito a retaliação caso a parte derrotada não tome nenhuma medida para compensá-la. Ou seja, pode impor sanções comerciais à outra parte<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Qualquer um dos lados envolvidos pode apelar contra o relatório final dos painéis. Porém, as apelações somente podem se basear no relatório do Painel, e não podem examinar fatos novos.

<sup>2</sup> De início, as sanções devem se dar no mesmo setor da disputa. Caso fique provado que isso não é possível, a retaliação pode ser estendida a outros setores. Há uma grande discussão em torno dessas retaliações, pois alguns alegam que não faz sentido prejudicar outras áreas que não

Há também a possibilidade de que outros países entrem como terceiros num processo, caso também se sintam prejudicados com quaisquer ações de algum dos países membros.

Ademais, há outro mecanismo dentro da OMC que também funciona para tentar solucionar as controvérsias. Ele é conhecido como Arbitragem, no qual as partes tentam entrar em um acordo sem a necessidade de um Tribunal. Porém, na prática, esse mecanismo é muito pouco utilizado, e tem sido empregado apenas “como um estágio da implementação dos resultados de um painel.”

### Brasil vs. EUA

Desde 2002, a questão do algodão tem sido debatida dentro da OMC, ano em que o Brasil entrou pela primeira vez com um recurso contra os subsídios que o governo estadunidense fornece aos seus produtores de algodão. O Brasil alegou que essa ajuda era “prejudicial a outros produtores de algodão no mercado internacional.”<sup>3</sup>

Em março de 2005, uma primeira determinação do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC atribuiu vitória ao Brasil, tendo sido decidido que os EUA deveriam realizar “ajustes administrativos” que removessem os efeitos negativos, ou então deveria suspender o subsídio fornecido aos produtores.

Entretanto, nenhuma das duas medidas foi tomada pelo governo estadunidense, levando o Brasil a entrar, em 2006, com um novo recurso na OMC, dessa vez para demonstrar que os EUA não haviam cumprido com as determinações da

aquela que foi prejudicada.

<sup>3</sup> Quando um subsídio é fornecido a um produtor, o custo de produção se torna menor, permitindo que o mesmo venda o produto a um preço mais baixo no mercado internacional. Os demais produtores, que não recebem o subsídio, não possuem condições de vender a mercadoria ao mesmo preço, uma vez que não compensaria os custos de produção.

Organização. Os EUA perderam mais uma vez, por não seguirem o que havia sido previamente estabelecido pelo OSC. Porém, o governo de Washington entrou com um recurso contra essa decisão, e obteve uma nova derrota<sup>4</sup>, na medida em que o argumento de que já havia alterado a legislação para se adaptar às decisões de 2005 não foi aceito pela OMC.

O governo brasileiro ainda pediu autorização à OMC para a implementação de sanções contra Washington, num valor de US\$4 bilhões, para compensar os prejuízos decorrentes dos subsídios. Em 2007, foi concedida uma vitória ao Brasil, mas as sanções não foram realizadas, pois os EUA se comprometeram a retirar os subsídios. No entanto, tal fato não ocorreu.

Os EUA entraram com um recurso contra a vitória brasileira na OMC, tendo saído derrotado no dia 2 de junho de 2008. Assim, o Brasil novamente obteve da OMC o direito de retaliação, com a aplicação de US\$1 bilhão por ano em sanções.

O governo dos EUA declarou-se “decepcionado” com a decisão da OMC, enquanto o governo brasileiro afirmou que a recebeu com grande satisfação. Ainda, o primeiro alegou que os EUA não fazem pagamentos “ligados à produção de algodão” e por isso o país não teria impactos sobre o preço do algodão no mercado mundial.

Muitos países em desenvolvimento, como a África, concordam com o Brasil que os subsídios estadunidenses prejudicam seus produtores, o que os levou a entrarem como terceiros no processo.

Os produtores de algodão brasileiros esperam que os benefícios sejam transferidos a eles, e não a outros setores. Eles se preocupam, pois a Lei Agrícola dos EUA não prevê a redução de subsídios.

<sup>4</sup> A decisão da Apelação dos EUA saiu em julho de 2007.

Ainda, as autoridades brasileiras sugeriram que a retaliação poderá se dar sobre bens de serviços ou na “suspensão dos direitos de propriedade intelectual dos EUA.”

Os impactos que tais medidas poderiam ter no Brasil devem ser considerados. De acordo com o Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (ABRAPA), Haroldo Cunha, “uma retaliação no setor de produção pode trazer prejuízos para setores que importam produtos norte-americanos no Brasil, que poderiam ter seus custos elevados.”. Ao que tudo indica, a retaliação na área de propriedade intelectual parece ser a mais adequada, pois de acordo com Pedro Camargo de Neto, ex-membro do governo de Fernando Henrique Cardoso, pois é o que realmente incomoda os EUA.

Camargo ainda afirmou que a vitória brasileira veio com atraso, pois o Brasil esperou que as negociações em Doha<sup>5</sup> pudessem resolver a questão, o que não ocorreu.

Dessa forma, ainda permanece incerto como se dará a resposta brasileira, pois as conseqüências em outras áreas devem ser consideradas, assim como o fato de que a disputa está se dando com um dos maiores importadores da economia brasileira, e um gigante no comércio internacional.

## Referência

### Sites:

#### BBC News

<http://www.bbc.co.uk>

#### Folha de São Paulo

<http://www.folha.uol.com.br>

#### Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento

<http://www.agricultura.gov.br>

#### O Globo Online

<http://www.oglobo.globo.com>

#### World Trade Organization

<http://www.wto.org>

#### Ver também:

30-03-2007: [OMC reabre rodada de Doha.](#)

08-08-2006: [OMC suspende a rodada Doha.](#)

28-06-2006: [Tentativas de finalização da Rodada de Doha.](#)

06-10-2005: [OMC: estrutura institucional.](#)

<sup>5</sup> As negociações em Doha possuem como principal questão a negociação agrícola entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. [Ver também: OMC reabre a rodada de Doha]

---

# Nova presidência no Conselho da União Européia

---

Resenha  
Integração Regional  
Larissa Rabelo  
7 de junho de 2008

---

A partir do segundo semestre de 2008, a França assumirá a presidência do Conselho da União Européia. Diante disto, já estão sendo feitas propostas com o intuito de melhorar ou mesmo reafirmar o que já foi sugerido para o desenvolvimento da Comunidade Européia.

---

No dia 1º de julho de 2008, a União Européia (UE), contará com uma nova presidência, de procedência francesa. A Eslovênia deixará de ocupar o cargo chefe de Presidente do Conselho da União Européia, passando-o para a França. [ver também: [União Européia: estrutura institucional](#)]. Os franceses permanecerão no posto, por seis meses e, quando terminado este período, já é prevista, na seqüência, a sucessão pela República Tcheca e Suécia sucessivamente.

O que é importante salientar nessa transição presidencial do Conselho da União Européia<sup>1</sup> são as diferenças e semelhanças quanto às diretrizes que serão supostamente tomadas com a nova presidência. Para tanto, deve-se tomar como ponto de partida, quais foram as ações primordiais adotadas pela Eslovênia enquanto permaneceu no cargo.

A presidência eslovena guiou sua atuação presidencialista com base nas propostas estabelecidas no Tratado de Lisboa<sup>2</sup>.

Portanto, para se ter uma base das diretrizes que foram traçadas pela Eslovênia, é relevante se ater sobre os pontos principais que o Tratado de Lisboa prescrevia.

O referido Tratado teve como intuito a alteração, e não a substituição dos Tratados já vigentes da União e da Comunidade Européia. Além disso, ele colocava fim a muitas das questões pendentes que estavam voltadas para a formulação das regras da instituição.

Em síntese, o Tratado de Lisboa prevê uma Europa mais democrática e transparente, criando oportunidades para a participação dos cidadãos e identificando de forma mais clara de quem seria a responsabilidade nos âmbitos nacional e europeu. Para tanto, era previsto um reforço na atuação do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, na União Européia. O Tratado, também faz referência a uma Europa mais eficiente, no que diz respeito às regras de votação, ao quadro institucional mais estável e simplificado; e uma vida melhor

---

<sup>1</sup> Principal instância de decisão da União Européia, onde se expressa a vontade dos Estados membros. O Conselho da União Européia se difere do Conselho Europeu, pela sua função legislativa.

<sup>2</sup> Tratado de Lisboa foi assinado no dia 13 de dezembro de 2007 com, previsão para ser

---

ratificado até o final de 2008, por todos os Estados membros. A previsão para entrar em vigor, seria em 1º de janeiro de 2009. O Tratado implicará que a UE corresponda a uma instituição moderna com métodos de trabalho eficientes, frente às questões atuais.

para os europeus com maiores poderes na UE. Essa última questão pode ser explicada pelo fato dos europeus, ao terem uma maior participação nas diretrizes que serão tomadas pela União Européia, poderão direcionar as resoluções das questões a favor do seu bem-estar. Além dos pontos já mencionados, o Tratado ainda prevê uma Europa com direitos de valores democráticos aos quais orientariam a união, liberdade, solidariedade e segurança e, um posicionamento mais delineado a respeito da União diante do cenário internacional.

Além de se basear nas determinações do Tratado, a Eslovênia se propôs atuar enfaticamente em questões como: a da energia e alterações climáticas; o alargamento da política vizinhança; do maior diálogo cultural; e da melhora quanto à eficiência da EU.

De acordo com a primeira questão, a presidência eslovena, acreditava que a qualidade de vida dos europeus estaria em jogo, se não houvesse uma segurança a respeito da energia sustentável e da conservação do meio ambiente. Assim, os eslovenos sugeriram a adoção e o desenvolvimento de fontes energéticas renováveis.

A segunda questão, a respeito do aumento da integração com a vizinhança, tem como ponto principal o apoio à adesão da Turquia, Croácia e do Balcãs Ocidentais<sup>3</sup> à UE. Além disso, a presidência daria uma atenção especial à situação de Kosovo<sup>4</sup>, encorajando esforços para garantir a estabilidade de longo prazo na região.

A terceira questão trata de uma convivência na diversidade cultural, implica a ultrapassagem de preconceitos,

---

<sup>3</sup> Albânia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Sérvia.

<sup>4</sup> Território localizado na península balcânica, que reivindica sua independência da Sérvia, alcançada no dia 17 de fevereiro de 2008.

para uma resolução mais bem aplicada sobre a questão da migração e do crime organizado, como o terrorismo.

Já a última questão, que diz respeito à eficiência da UE, é tratada pela presidência Eslovênia de forma diretamente ligada ao desenvolvimento do Tratado de Lisboa. Os eslovenos acreditam que com a renovação dos princípios do Tratado, deve haver uma expectativa positiva dos europeus quanto ao crescimento da UE diante do cenário mundial. Isso devido ao fato de que é previsto que com o Tratado a União Européia ganhe personalidade jurídica para assinar acordos de nível internacional.

Diferentemente das proposições feitas pela sua antecessora, a presidência francesa, prevista para o próximo semestre, traz como proposta principal, as questões a respeito do futuro da Política Agrícola Comum (PAC)<sup>5</sup> frente à crise de alimentos enfrentada atualmente pelo mundo [ ver também : [Alta Mundial dos preços de Alimentos](#) ].

O Primeiro-Ministro francês, François Fillon, diz que é preciso rever os estímulos provenientes da PAC, uma vez que o contexto mundial, no que concerne à oferta de alimentos mudou de forma significativa nos últimos anos. A Política Agrícola Comum foi criada em 1962, com o objetivo de assegurar o abastecimento regular de alimentos e garantir aos seus produtores, rendimentos condizentes aos seus desempenhos.

Importante salienta que a França é uma das defensoras mais ativas da PAC. Neste sentido, defende a não concessão em questões agrícolas, no que concernem às discussões desta questão na Rodada Doha. Para os franceses, para se ter uma negociação na Rodada, não é preciso que

---

<sup>5</sup> PAC é a Política Agrícola Comum que consiste em um sistema de subsídio à agricultura e em programas de desenvolvimentos de áreas afins na UE.

as negociações caminhem para debates sobre questões de abertura comercial do setor agrícola europeu.

Além disso, de acordo com o Primeiro-Ministro, questões como: política ambiental e energia; imigração, asilo e vigilância das fronteiras; segurança e defesa europeia serão tratadas, no período de permanência da França no cargo de presidente do Conselho da UE.

Dentre essas questões apresentadas pela França, a que diz respeito à política ambiental e energia, se aproxima daquela já então sugerida pela Eslovênia. Para os franceses, além de organizarem o mercado de energia dentro da União Europeia, terá que haver uma segurança quanto à garantia dos abastecimentos energéticos. Para o Primeiro-Ministro Fillon, a solução da questão da energia seria "diversificar as fontes energéticas, economizar no consumo e modificar os comportamentos dos consumidores". Caso haja a adoção de tal conduta, as perspectivas às mudanças nas questões climáticas seriam diretamente recorrentes, já que, o uso da energia proveniente da queima do petróleo contribui para o agravamento do efeito estufa<sup>6</sup>, que é um dos responsáveis pelo aquecimento global<sup>7</sup>.

A França retorna com questões referentes à energia e problemas ambientais, em um cenário propício. O crescente preço do petróleo e do gás, principalmente nos últimos meses, tem gerado uma instabilidade quanto à oferta energética no continente europeu. [ver também: [Novos campos petrolíferos e seus efeitos](#)]. No que

<sup>6</sup> Processo ocorrido, em decorrência da absorção de parte da radiação solar que é refletida pela superfície terrestre. Sob uma determinada faixa de absorção de calor, é um processo considerado vital para a vida humana. Entretanto, se tal faixa se encontrar significativamente elevada, pode se uma desestabilização do equilíbrio energético do planeta e conseqüentemente um aquecimento global.

<sup>7</sup> Refere-se ao aumento da temperatura média dos oceanos, e do ar próximo à superfície da Terra

diz respeito aos problemas ambientais, atualmente, os mesmos têm sido considerados pontos fortes na pauta de discussão quando se fala em conciliar desenvolvimento e proteção ambiental [ver também: [Novo acordo sobre redução da emissão de CO<sub>2</sub> x Protocolo de Kyoto](#)].

A respeito das questões de imigração, asilo e vigilância das fronteiras propostas, a sugestão por parte da França é que haja uma uniformidade quanto ao modo como as entidades políticas tomam suas diretrizes a respeito do assunto. Para o Primeiro-Ministro Fillon, é necessário que os países "adotem uma posição comum em relação aos fluxos de ilegais, harmonizem o direito de asilo e concertem políticas de co-desenvolvimento". Se apenas a França, se dispuser a formular providências para combater às questões de imigração, asilo e vigilância das fronteiras, não seria uma atuação tão eficiente, já que não teria apoio suficiente dos demais países europeus para garantir as suas propostas. Em suma, os franceses almejam por uma harmonização da legislação nos diferentes países, uma vez que sozinhos não conseguiriam enfrentar o problema que aflige seu país. [ver também: [A greve dos imigrantes ilegais na França](#)].

No que se refere à questão de segurança e defesa, há uma previsão para que haja um reforço quanto à Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). De acordo com o Primeiro-Ministro francês, a Europa é continuamente chamada para participar de resoluções de crises internacionais. Para tanto, é necessário que a mesma tenha uma política de segurança comum e instrumentos capazes de garantir essa política. Em outras palavras, segundo o Ministro Fillon, só seria possível uma política visando resoluções de crises internacionais, caso essa política se apresentasse conjuntamente com uma autonomia europeia no âmbito da defesa.

Apesar das prioridades, já apresentadas pelos franceses antes mesmo de entrarem

na presidência, há ainda outras diversas questões de relevância a serem tratadas, como a competitividade e o crescimento da Europa. Tais assuntos, também foram recorrentes na presidência da Eslovênia e ainda serão nas demais presidências futuras.

Assim, em meio a tantas propostas, fica a expectativa à continuidade dos sucessos e dos aprendizados recorrentes daqueles, que um dia já assumiram a presidência do Conselho da União Européia. [ver também: [O contexto em que se insere a Presidência de Portugal do Conselho da União Européia](#)]

## Referência

### Agroportal

<http://www.agroportal.pt>

### Rèpublique Française

<http://www.ambafrance.org.br>

### Site oficial da União Européia

<http://www.eu2008.si/en/index.html>

### Notícias RTP

<http://ww1.rtp.pt>

### Tratado de Lisboa

[http://europa.eu/lisbon\\_treaty/index\\_pt.htm](http://europa.eu/lisbon_treaty/index_pt.htm)

### Comissão Européia

[http://ec.europa.eu/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/index_pt.htm)

### Wikipédia

<http://pt.wikipedia.org>

### Ver Também:

4-08-2005: [União Européia: estrutura institucional](#)

30-04-2008: [Alta Mundial dos preços de Alimentos](#)

26-08-2005: [Novo acordo sobre redução da emissão de CO2 x Protocolo de Kyoto](#)

29-08-2007: [O contexto em que se insere a Presidência de Portugal do Conselho da](#)

### União Européia

14-05-2008: [Novos campos petrolíferos e seus efeitos](#)

14-05-2008: [A greve dos imigrantes ilegais na França](#)

---

# Irlanda vota contra o Tratado de Lisboa

---

Resenha  
Integração Regional  
*Diego Cristóvão Alves de Souza Paes*  
17 de junho de 2008

---

No dia 12 de junho de 2008, a Irlanda realizou um referendo nacional para decidir se o país ratificaria o Tratado de Lisboa. Este, por sua vez, emenda os demais Tratados da União Européia de forma a substituir a Constituição européia, rejeitada em 2005 pela população da França e dos Países Baixos.

---

**E**m 2005, a Constituição européia buscava a ratificação de todos os países membros para entrar em vigor. Naquele ano, as populações da França e dos Países Baixos, através de referendos organizados por seus governos, disseram não à proposta da Constituição. Como era necessária a unanimidade entre os países membros, a Constituição foi rejeitada e o projeto passou dois anos e meio suspenso até 2007, quando retornou devidamente atualizada na forma do Tratado de Lisboa.

Os governos da França e dos Países Baixos, após a rejeição da Constituição, afirmaram que apenas a aceitariam caso o projeto passasse por grandes reformas. Já o Reino Unido, embora ainda não a tivesse rejeitado, pediu que a Constituição, que deveria substituir os principais tratados da organização, fosse alterada de forma a se tornar uma emenda a estes tratados.

É a partir de então que surgiu o Tratado de Lisboa em 13 de dezembro de 2007, assinado por todos os Chefes de Estado dos países membros e que, para entrar em vigor, necessita da ratificação<sup>1</sup> de todos. Até o momento, o Tratado foi ratificado pelos parlamentos da Áustria, Bulgária, Dinamarca, França, Alemanha, Hungria, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta,

Polônia, Romênia, Portugal, Eslováquia e Eslovênia. Resta ainda a aprovação de outros 12 membros da União Européia.

Na República Tcheca e Reino Unido, a dificuldade está em algumas objeções legais aos elementos do Tratado. Chipre, Finlândia e Grécia ainda não possuem uma data certa para a aprovação, assim como os Países Baixos, a Itália, Espanha e Suécia. Estônia e Bélgica não possuem objeções e a ratificação deve ser realizada dentro dos próximos meses.

A Irlanda, no entanto, realizou um referendo nacional no dia 12 de junho de 2008, de forma a obter aval popular para a aprovação do Tratado. O referendo vinha gerando grande desconforto dentro da União Européia (UE), pois relembra a rejeição sofrida pela Constituição, três anos atrás. Para a UE, caso a população da Irlanda votasse contrária ao Tratado de Lisboa, seria mais uma tentativa frustrada de estabelecer uma maior unificação política entre os países do continente.

## **Constituição X Tratado de Lisboa**

Existem poucas diferenças substanciais entre os textos da Constituição e do Tratado de Lisboa. Na realidade, as mesmas idéias propostas retornaram: a única real diferença é que não se trata de uma Constituição de fato.

Dentre as principais semelhanças estão: a eleição para presidente do Conselho

---

<sup>1</sup> Aprovação do Legislativo dos países, de forma a fazer com que o Tratado tenha força de lei.

Europeu, com mandato de dois anos e meio, ao contrário do atual sistema pelo qual os países membros se revezam com mandatos de 6 meses; mudança no sistema de peso de votos entre países membros<sup>2</sup>; a formação de um cargo mais forte de Relações Exteriores, unindo os dois já existentes<sup>3</sup>; redução da Comissão Européia<sup>4</sup> e aumento dos poderes da Comissão, do Parlamento Europeu e da Corte de Justiça Européia; e perda do direito ao veto dos países em algumas áreas selecionadas.

Assim como na Constituição, o Tratado também implica a perda de soberania de cada Estado. Isso tende a gerar grande resistência principalmente entre os blocos conservadores de cada país. Em parte, a população também se mostra resistente à perda de soberania: foi este medo que levou as populações da França e dos Países Baixos a rejeitarem a Constituição em 2005.

Quanto ao Tratado de Lisboa, até o momento, a maior parte dos países têm resistido à realização de um referendo, temendo desaprovação popular. O governo da Dinamarca argumentou que não havia necessidade da realização de um referendo, pois fora feita uma análise pela qual não haveria qualquer perda de soberania, o que é, na realidade, discutível. O Tratado de Lisboa, assim como a Constituição implica o fim do poder de cada país de vetar, unilateralmente, algum acordo. Isso faz com que regras que valem para todos possam ser estabelecidas mesmo contra a vontade de um país.

---

<sup>2</sup> O peso dos votos é proporcional ao tamanho da população de cada país.

<sup>3</sup> Foreign Affairs Supremo; Comissário de Relações Exteriores.

<sup>4</sup> Hoje a Comissão Européia apresenta em sua constituição um representante de cada país membro compondo uma cadeira (Saúde, Justiça, Comércio). Com a reforma, haverá um número menor de Comissários do que de países membros.

A principal justificativa geral para a não necessidade de um referendo, na realidade, é justamente o fato de que se trata apenas de uma emenda aos tratados já adotados pela UE.

### **Responsabilidade dos Políticos**

Christopher Hill<sup>5</sup> afirma que, normalmente, o cidadão médio não dá muita importância para questões de política externa de seu país. Na realidade, ele dará mais atenção a questões internacionais quanto mais peso elas tiverem em seu cotidiano.

Quanto mais afastados da realidade externa, menor a opinião da população acerca de cursos de ação nesta esfera. Isto faz com que, diferentemente das demais políticas do Estado, o governo normalmente não conte com um consenso da população acerca de determinadas políticas neste setor. A responsabilidade é colocada diretamente sobre os formuladores de política externa (executivo) e os responsáveis por seu monitoramento e legitimidade, que são os representantes do povo (legislativo).

No caso dos países europeus, as questões de integração do bloco cada vez mais afetam os cidadãos em sua rotina diária. A implantação do Euro, a política agrícola comum e o conjunto de reformas que vem acontecendo, todos esses fatores têm efeitos na vida dos cidadãos europeus, tornando-os mais conscientes acerca da política de seus países frente à União Européia.

Isto leva à formação de opiniões entre os cidadãos, os quais os governos devem levar em consideração em suas ações para com o bloco. Em caso de necessidade de consultar a opinião da população, um dos instrumentos utilizados são os referendos. O objetivo destes é legitimar as escolhas entre a população, além de retirar

---

<sup>5</sup> Professor de Relações Internacionais da *London School of Economics and Political Science*, com diversas publicações acerca de análise de política externa.

responsabilidade plena do governo sobre determinada questão.

Os referendos de 2005 tiveram como propósito legitimar as ações dos governos perante suas populações. Os governos da França e dos Países Baixos esperavam a legitimação da aprovação, o que não aconteceu. Os franceses votaram contra a ratificação o que acabou exercendo influência em um resultado negativo por parte da população dos Países Baixos<sup>6</sup>. Isto fez com que não fosse necessário ao Primeiro-Ministro britânico, na época, Tony Blair, realizar um referendo que poderia resultar em outra rejeição.

No caso do Tratado de Lisboa, o parlamento francês já o aprovou em fevereiro de 2008. Embora parte da oposição houvesse pedido a realização de uma consulta à população, a justificativa era que, pelo fato de que se trata de um documento diferente de uma Constituição, não haveria necessidade de se fazer um novo referendo.

No caso dos Países Baixos, a oposição do parlamento apresentou um pedido para a realização de um referendo. Contudo, o Conselho de Estado do país já afirmou que concluiu não ser necessário fazer uma consulta popular.

Na Irlanda, qualquer alteração ou emendas em tratados da União Européia leva a uma emenda na Constituição irlandesa. No país, qualquer emenda à Constituição exige que seja feito um referendo. Em 2005, seria realizada também uma consulta popular acerca da constituição européia, que foi cancelada após a rejeição na França e Países Baixos.

#### **Votação na Irlanda**

A população da Irlanda votou “não” à mudança constitucional que permitiria a ratificação do Tratado de Lisboa, alcançando 53,4% dos votos.

<sup>6</sup> Antes do resultado na França, pesquisas apontavam que o “sim” venceria.

Entre os partidários do “sim” estavam os partidos do governo e parte da oposição, além de grupos favoráveis à integração irlandesa à Europa, com a participação de intelectuais, empresários, políticos de expressão e líderes sindicais. Para tais grupos, os benefícios que a Irlanda tem hoje com a União Européia<sup>7</sup> só tendem a crescer com o Tratado. Além do mais, votar negativamente seria uma demonstração de má vontade do país para com o bloco.

Os partidários do “sim” realizaram uma campanha de conscientização nacional bem mais intensa e com muito mais apoiadores de expressão do que o “não”.

Entre os apoiadores do “não”, grupos empresariais e partidos de oposição afirmaram que as mudanças iriam diminuir a participação irlandesa na UE, pois não haveria mais a necessidade de um representante da Irlanda na Comissão Européia. Outra razão importante é o fato de que as mudanças permitiriam um aumento das questões a serem decididas por maioria e não por unanimidade.

Alguns grupos, partidários do “não”, trataram também de espalhar rumores entre a população de que, com a aprovação do Tratado, assuntos internos como a política irlandesa em relação ao aborto<sup>8</sup>, impostos e neutralidade do país seriam afetados. Isso de fato não aconteceria mas, ao fazer esta interpretação, tais grupos apelaram para o medo de algumas parcelas da população acerca do tratado e como isso afetaria sua vida cotidiana.

O resultado no referendo irlandês reflete o fato de que poucos irlandeses sabiam, na realidade, em que ele consiste e as reais implicações do tratado. É preciso dizer que essa é uma das grandes falhas do Tratado de Lisboa: o texto é confuso,

<sup>7</sup> Benefícios como a moeda forte, os subsídios agrícolas mais o mercado comum, entre outros.

<sup>8</sup> Como um país majoritariamente Católico, a Irlanda condena o aborto.

extenso e poucas pessoas fizeram sua leitura. Isso parece ser um consenso tanto entre a população como na imprensa dos países da União Européia.

### **Conclusão Efeitos na União Européia**

Antes do resultado negativo, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Barroso havia afirmado que não haveria um plano alternativo para o tratado. Após o impacto inicial, Barroso afirmou que as ratificações deveriam continuar e recebeu apoio de representantes da Alemanha, França, Polônia, entre outros. Assim, espera-se que o Tratado de Lisboa ganhe mais força e que isso ajude em uma revisão por parte da Irlanda, bem como dos países nos quais se espera problemas na ratificação, como Reino Unido e República Tcheca.

Em 2001, a Irlanda votou negativamente em um referendo sobre o Tratado de Nice, que tinha como objetivo a expansão dos membros da União Européia em direção ao leste europeu. No ano seguinte, um novo referendo foi realizado, desta vez com resultado positivo. Com base nisso, políticos europeus esperam que a continuidade do processo de ratificação leve o povo irlandês posteriormente a uma maior confiança no Tratado e uma possível mudança de opinião.

O Primeiro-Ministro britânico, Gordon Brown, afirmou que continuará o processo de ratificação, embora acredite que seja plenamente necessário que todos os 27 países do bloco ratifiquem o tratado antes que este possa entrar em vigor. Esta afirmação vem como resposta à possibilidade de se colocar em efetividade o tratado com uma exclusão da Irlanda, o que é pouco provável.

Para o presidente da República Tcheca, Vaclav Klaus, o “não” da população da Irlanda põe fim ao Tratado de Lisboa e o processo de ratificação não deve prosseguir. Segundo o Primeiro-Ministro irlandês, Mirek Topolánek, o resultado negativo na Irlanda possui o mesmo peso que os resultados negativos da França e

dos Países Baixos em 2005.

A discussão de uma constituição européia é algo que vem sendo elaborado desde o ano de 2001. Após a primeira tentativa em 2005, acreditava-se que o Tratado de Lisboa colocasse um final definitivo nesta questão, de forma que as discussões da UE pudessem se focar em políticas práticas, de interesse do bloco. O “não” irlandês leva a um novo retrocesso. Após sete anos em debate, é pouco provável que a organização volte ao início e recomece novamente o plano de uma constituição.

A estratégia colocada pelo presidente da Comissão Européia é encarada como a mais prudente no momento. É provável que a União Européia emita uma declaração dirigida ao povo irlandês, de forma a explicar o real propósito do tratado e garantir que as questões internas permaneçam sobre controle do governo.

Quanto ao processo de ratificação, é consenso entre os líderes da União Européia de que ele deve prosseguir, contudo, com menos força do que antes do referendo na Irlanda. É possível também que a resposta negativa irlandesa dê mais munição aos grupos políticos contrários ao tratado. Assim, ocorre o aumento das pressões internas para a realização de referendos para a legitimação popular do Tratado de Lisboa.

## **Referência**

### **Livros**

**Christopher Hill** The Changing Politics of Foreign Policy. New York: Palgrave MacMillan, 2003. 376 p.

### **Sites:**

#### **BBC News On-line**

<http://www.bbc.co.uk>

#### **Site oficial da União Européia**

<http://www.kremlin.ru/>

#### **The New York Times**

<http://www.thenytimes.com>

## ConjunturaInternacional

### **Pontifícia Universidade Católica - MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

### **Conjuntura Internacional**

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profª. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Caroline Maia; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Eduardo Côrtes; Franceline Fukuda; Joana Laura Nogueira; Larissa Martins; Luísa Lima; Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: [ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>